

# SABERES E PERTENCIMENTOS ESPELHADOS: QUANDO UMA PROFESSORA NEGRA FALA SOBRE FEMINISMO NEGRO

## KNOWLEDGE AND BELONGING IN THE MIRROR: WHEN A BLACK TEACHER TALKS ABOUT BLACK FEMINISM

Débora Sirno Santos 1  
Luciana de Oliveira Dias 2

**Resumo:** O presente estudo resulta de discussões sobre a importância do sujeito que fala e do lugar de fala desse sujeito para a construção das identidades em espaços de (re)produção do conhecimento. A problemática gravita em torno da importância dos processos de identificação, de representação e de reconhecimento para conferir legitimidade a uma disciplina sobre pluriépistemologias e feminismos negros, desde a perspectiva discente. O campo compreendeu a turma de estudantes da disciplina de Epistemologias e Feminismos Negros, ofertada no Curso de Mestrado e Doutorado em Antropologia Social, da Universidade Federal de Goiás. O objetivo foi identificar, por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas com os/as discentes, as motivações para matricular-se na disciplina optativa. O resultado revela a importância de reconhecer-se na/no docente para a afirmação da própria identidade. O referencial teórico também pode espelhar quem o acessa e neste texto, ancora-se nas autoras negras e indígenas adotadas na própria disciplina.

**Palavras-Chave:** Feminismo Negro. Identidade. Reconhecimento.

**Abstract:** This text presents discussions about the importance of the subject who speaks, and the place of speech of this subject, for the construction of identities in spaces of knowledge production. The central question is about the importance of identification and recognition processes in giving legitimacy to a discipline on epistemologies and black feminism. We highlight the perception student. The fieldwork was in the class of students of the discipline of Epistemologies and Black Feminisms. The course was offered at the Master and Doctorate Course in Social Anthropology, Federal University of Goiás. The objective was to identify, through semi-structured interviews with students, the motivations for enrolling in the discipline. The result reveals the importance of recognizing oneself in the teacher for the affirmation of one's own identity. The theoretical framework is from black and indigenous women authors who were used in the discipline itself.

**Keywords:** Black Feminism. Identity. Recognition.

---

Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás - UFG. E-mail: deborasirno@ufg.br 1

Antropóloga, doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - UnB. Professora associada da Universidade Federal de Goiás - UFG. Coordenadora do Comitê de Antropólogos/as Negros/as da ABA - Associação Brasileira de Antropologia. Coordenadora do Coletivo Rosa Parks - UFG. E-mail: lucianadias@ufg.br 2

## Introdução

Ao visitar o site do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal de Goiás - UFG podemos constatar que dentre 23 docentes apresentados/as (efetivos, PNPD e visitantes), apenas uma professora é negra. Ressalte-se que o PPGAS é considerado um programa inclusivo no âmbito da UFG. Chamou a atenção esta primeira constatação e motivou a escrita deste artigo que visa entender os lugares ocupados por docentes negras/os na pós-graduação, destacando a importância da representação para a constituição e fortalecimento das identidades negras.

Lélia Gonzalez (2018, p. 41), intelectual, negra, política, professora e antropóloga brasileira, já dizia que “de um lado está o aspecto principal, o da produção dos lugares de classe e, do outro lado, o aspecto subordinado, o da reprodução dos atores e sua distribuição entre esses lugares”, e o lugar reservado às pessoas negras, não é o lugar destinado às pessoas brancas. O mito democracia racial, encrustado no pensamento social brasileiro, sobrevive e na prática das interações socioculturais e políticas, os lugares seguem racializados.

O racismo como uma estrutura de opressão e de articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas é um dos principais determinantes da posição, ou lugares sociais, ocupada pelas pessoas negras e não brancas. Uma vez que o racismo, de forma similar ao sexismo, transforma-se em uma parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a reprodução da divisão racial (ou sexual) do trabalho, pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito (DAVIS, 2016).

A partir dessa realidade, e sabendo que as pessoas negras (pretas e pardas) são a maioria da população brasileira, representando - de acordo com pesquisa do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* - IBGE publicada no ano de 2014 - 53,6% da população, somos desafiadas a compreender e explicar a falta de representatividade dessas pessoas negras em espaços de tomada de decisão e de poder. Se inserirmos a dimensão de gênero interseccionada com raça constataremos uma realidade ainda mais excludente.

Para Kimberlé Crenshaw (2004, p.10), “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” como é o caso das mulheres negras. A partir desta compreensão é fundamental identificar as mais variadas formas de discriminação que se combinam e podem ser entendidas como eixos que se cruzam afetando determinadas pessoas de maneira sobreposta. Ainda, de acordo com a autora, “a interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam efetivamente, inclusivas e produtivas” (CRENSHAW, 2004, p. 16). Daí a importância de seu reconhecimento.

Ser negra no Brasil é ser objeto de múltiplas discriminações que se interseccionam, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo coloca as mulheres negras no mais baixo nível de opressão. As mulheres negras estão na base de uma estrutura hierarquizada e opressora, localizando-se abaixo do homem negro, da mulher branca e do homem branco e experimentando, em seu próprio corpo, cruzamentos de perversos eixos de discriminação.

As negras estão ausentes ou sub-representadas no movimento feminista, que apesar de tratar das relações de dominação sexual, social e econômica a que as mulheres estão submetidas, assim como as mulheres mais empobrecidas, não há uma atenção à opressão racial vivida pelas mulheres negras. Sobre as negras no movimento feminista, Lélia Gonzalez (2018, p. 47-48) entende que “[...] as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe que, no seu próprio discurso, estão presentes mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial”.

A mesma ausência ou sub-representação se revela também nas universidades e, de maneira mais flagrante, na pós-graduação. Ainda assim a Antropologia Social da UFG tem uma professora negra que ofereceu no ano letivo de 2019 a disciplina Epistemologias e Feminismo Negro. Durante as aulas foram acessados conceitos, sentidos e significados tais como: saberes e conhecimentos; raça, gênero e sexualidade; feminismo negro; identidades e representação; aquilombar, pretuguês, dororidade, escrevivência dentre tantos outros. Foram categorias conceituais trabalhadas e propostas por pensadoras feministas negras como Beatriz Nascimento, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Audre Lord, Lélia Gonzalez, Kimberlé Crenshaw, Jurema Werneck, Vilma Piedade, Neusa

Santos, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, bell hooks<sup>1</sup> dentre outras.

Provocadas por aquela disciplina, realizamos uma modesta pesquisa, que compreendeu aplicação de uma entrevista semi-estruturada aos/às discentes, observação às aulas e um levantamento bibliográfico sobre raça, gênero, interseccionalidade, identidades e saberes. Assim sendo, apresentamos este texto com objetivo discutir as motivações discentes para cursarem a disciplina de Epistemologias e Feminismos Negros, ofertada no PPGAS pela professora Luciana de Oliveira Dias. A alta adesão à disciplina optativa nos permitiu entender a importância de referenciais positivados que inspirem trajetórias futuras. Foi identificado uma espécie de espelhamento na professora negra e na bibliografia explorada, para a afirmação e fortalecimento identitário das/os estudantes.

## Dororidades provocando aquilombamentos em aula

Ao chegar à UFG, no primeiro semestre de 2019, para a primeira aula de Epistemologias e Feminismos Negros nos deparamos com uma disciplina optativa, de 64 horas aula, lotada de discentes, muitos/as matriculados/as e outros/as tantos/as não. Todos/as motivados/as a serem alunos/as efetivos/as especiais e ouvintes. Após adequação levando em consideração a capacidade da sala fixaram-se 19 discentes efetivos/as e outro tanto de alunos/as ouvintes durante o semestre letivo.

Além do cumprimento formal do plano de ensino<sup>2</sup>, que fora realizado a partir do acesso a uma bibliografia obrigatória exclusivamente composta por estudiosas negras e uma bibliografia complementar composta majoritariamente por pensadoras negras, algumas brancas e alguns estudiosos negros, ao longo das aulas ocupou espaço o compartilhamento de histórias, trajetórias, dores, atravessamentos, superação, afirmação e fortalecimento identitário. Importante destacar que quase a totalidade da turma era de mulheres negras dos mais variados programas de pós-graduação da universidade.

Os encontros passaram a ser entendidos como quilombos, tais quais os compreendidos por Beatriz Nascimento (1979), ou seja como espaços de liberdade, resistência, emancipação e cura de opressões e dores. Uma estudante negra que se referia aos encontros como “*meu quilombo*” chama a atenção em várias aulas para o fato de que “*temos muitas dores e precisamos falar sobre elas*”. O que a aluna demanda é pelo reconhecimento da dororidade que irmana as mulheres negras (PIEADADE, 2018).

Vilma Piedade, preta, feminista, de Axé e da área de Letras é responsável por forjar o conceito de dororidade. O *Google* ainda aponta a palavra dororidade, como erro de grafia e sugere a palavra sororidade como alternativa. Mas já há buscas na *internet* que apontam a palavra como a correta. Para Vilma Piedade (2018, p.14) a dor atravessa a existência e une em um mesmo choro, em um mesmo movimento e em uma mesma luta, que é a luta pela libertação, pela mudança e pelas mesmas oportunidades, as mulheres negras.

A autora realça ainda que o machismo classista hipersexualizou as mulheres negras, legitimando os abusos sexuais e os estupros, naturalizados desde o período colonial até hoje, quando ser mulher e negra autoriza violências como o racismo, o abuso sexual e o empobrecimento. Para a autora racismo e machismo se entrecruzam nos corpos das mulheres negras, afirmando categoricamente que “Quanto mais preta, mais racismo, mais dor.” (PIEADADE, 2018, p. 17). E informa:

O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta. (PIEADADE, 2018, p. 16).

Sororidade vem da noção de irmandade, todavia o que irmanou durante as aulas de

<sup>1</sup> bell hooks corresponde ao pseudônimo de Gloria Jean Watkins, que prefere que seja grafado em letras minúsculas por querer dar ênfase à essência de seus escritos e não a sua pessoa.

<sup>2</sup> O plano de ensino da disciplina está disponível em: <https://ppgas.cienciasociais.ufg.br/>

Epistemologias e Feminismos Negros foi a dorridade, que vem da dor, do sofrimento, seja físico, moral e/ou emocional. Sofrimento moral, perda, mágoa, pesar, aflição, piedade e compaixão. Dor não se mede, não existe maior ou menor, é de quem sente. Aquelas dores manifestadas em sala de aula continuam também um potencial para a cura, de forma que saíamos daquelas quatro horas de aulas mais leves e também mais fortalecidas.

Por muitas vezes denominamos aquela sala de aula, que nem sempre aconteceu em uma sala, mas em um pátio ou em um gramado, como local de aquilombamento. Um lugar de luta, de ensino e aprendizagem, de conhecimento epistemológico, de auto-conhecimento, de conhecimento de autoras negras e indígenas, de perceber que a luta de cada uma delas foi única e muito semelhante às das outras, já que a base para o sofrimento de cada uma foi o pertencimento racial ou étnico e o fato de serem mulheres, empobrecidas, hipersexualizadas, inferiorizadas, desacreditadas.

Aquele lugar de lutas foi também um lugar de resignificação e posituação de pertencimentos e afirmação de locais de fala (RIBEIRO, 2017) e de identidades que se fortaleceram coletivamente. Muito desse processo foi ativado pelo fato de a professora da disciplina ser uma mulher negra e ponderar sobre o seu local de fala e de sua representatividade, o que implica entendê-la como um referencial que espelha e inspira sonhos, desejos e projetos.

A identidade de mulher negra desestabiliza categorias identitárias construídas para estabilizar e assegurar a manutenção de um sistema histórico e sociocultural marcado pelo racismo e pelo machismo. Desta forma, ao afirmar a identidade de mulher negra, tanto a categoria mulher quanto a categoria branco são abaladas e têm seus processos de naturalização revelados. Como desdobramento, temos os ideais sociais de mulher e de branco sendo problematizados, daí a dimensão transformadora da afirmação de uma identidade de mulher negra.

Uma professora negra qualificada atuando na pós-graduação contradiz um destino que a ela é imposto em sociedades caracterizadas pelo racismo, machismo e todos os outros preconceitos e discriminações que aprisionam indivíduos em uma complexa rede de estigmas, exclusões e violências. No Brasil, o destino previsto para ser cumprido pelas mulheres negras é o de serem empregadas domésticas (PINTO, 2015). Destacamos poeticamente que a cor da faxina no Brasil.

### **A cor da faxina no Brasil**

Faxina tem Cor? Aqui tem. Tem cor.  
É preta. Ou limpa a sujeira, que é  
Preta. Tá no Léxico. No dicionário.  
É só procurar, sinônimos ou antônimos.  
A oposição linguística é notória,  
Estrutural, alimenta o imaginário...  
O racismo... Branco - Luz. Preto - Sujo.  
Tá na nossa Língua Portuguesa. É isso  
Que também conceitua como...

Dorridade... O que é?  
Ou o que pretende ser?

Seria a Dor e a nem sempre Delícia de se  
Saber ou de não se Saber  
Quem somos... (Vilma Piedade, 2017, p. 43).

Vivemos em uma sociedade na qual está arraigado o lugar da negra nos serviços domésticos, lugares de baixa remuneração, nenhum reconhecimento e que exigem pouca escolaridade. Se deparar em uma universidade federal, no âmbito da pós-graduação, com uma mulher negra ocupando um lugar de poder estimula estudantes também negras/os, que se vêem representadas/os, a também não cumprirem um destino que lhes condena e aprisiona. Um destino que além de ser imposto é internalizado pelo próprio sujeito oprimido, que quase invariavelmente o cumpre.

Neusa S. Santos (1983) estuda a marca da diferença e a forma como essa marca é introjetada

no e pelo psíquico humano. A mulher negra carrega em seu corpo a marca da diferença, sendo essa marca como um carimbo que a faz ser vista como desigual, inferior e subalterna aos homens brancos e negros e à mulher branca. No que se refere à interação com a mulher negra, pode ser notada uma inferiorização até mesmo perante o homem negro. O que nos leva a entender que a negra, por ser mulher, é portadora de um marcador social da diferença que a subalterniza em um contexto de sociedade machista.

Nas pessoas negras, a marca da diferença é introjetada, vivida e constantemente atualizada e reeditada compreendendo processos de aproximação e separação ritualizados no âmbito das interações com pessoas brancas. Neusa S. Santos (1983) entende que um negro, ao viver com outro negro, seu semelhante, reproduz o ritual de separação, se comportando de uma forma com o branco e de outra forma com outro negro. Nesses contextos, a diferença não abriga qualquer vestígio de neutralidade e se define em relação a um outro, o branco, proprietário exclusivo do lugar de referência, a partir do qual o negro será definido e se autodefinirá.

A superação de um cenário como esse é tornada uma bandeira de luta de pessoas negras e das mulheres negras. E, aprendemos com Sueli Carneiro (2005) que a luta contra o racismo e o machismo é também uma luta contra dispositivos de racialidade que asseguram supremacia racial, desencadeando o epistemicídio responsável por assentar poderes e saberes hegemônicos.

As aulas de Epistemologias e Feminismo Negros, por meio da professora negra e da bibliografia estudada produzida por mulheres negras, permitiram refletir, como em um espelho, potências e possibilidades. Além do aprimoramento intelectual, naquele contexto pluriépistêmico, o que se notou foi a afirmação e/ou fortalecimento dos processos de construção das identidades de alunas e alunos que se viram refletidos nas pensadoras negras que lhes falavam e que eram lidas.

### **Vozes mulheres<sup>3</sup> e vozes negras ecoando nas aulas**

A população negra é maioria no Brasil, ainda assim o racismo estrutural sobrevive e segue segregando, excluindo e invisibilizando os corpos negros e silenciando, emudecendo e cerceando as vozes e pensamentos negros. Como resultado desse racismo estrutural é concretizado um epistemicídio como um projeto que visa reproduzir um estado de coisas histórica e politicamente alicerçadas em privilégios de raça, de gênero, além daqueles de classe, de sexualidade, de idade, de religião etc.

Em uma sociedade patriarcal, esse racismo estrutural é refinado e tornado ainda mais complexo, apresentando camadas e camadas de opressão a sujeitos que são alocados cada vez mais embaixo em uma hierarquia social. As mulheres negras são, desde esta perspectiva, situadas na base mais inferior de uma estrutura destituidora de poder. Para desestabilizar essas arbitrárias alocações societárias é necessário um engajamento coletivo e atuante nas mais diversas instituições e nos múltiplos espaços e envolvendo múltiplos e plurais indivíduos e instituições.

A educação, em todos os seus níveis, desponta por exemplo como *locus* de desestabilização de estruturas opressoras e subalternizadoras de grupos de indivíduos destituídos de poder, como negros, mulheres, homossexuais, indígenas, pessoas com deficiência dentre outros. A escola/universidade, onde a educação é institucionalizada, apresenta um marcante potencial transformador, embora esteja historicamente reproduzindo situações de controle e dominação tais quais aquelas que são reproduzidas na sociedade envolvente.

Essa dubiedade do caráter da escola/universidade contemporânea que vai do conservadorismo (educação reprodutora) à emancipação (educação libertária) tem colaborado para a reprodução de processos instituidores de poderes às elites, sejam elas de classe, de raça ou de gênero. Todavia tem também desembocado em processos de redistribuição de poderes e saberes a sujeitos historicamente discriminados. Nesses processos de redistribuição as recentes presenças insurgentes como de pessoas negras, mulheres, mulheres negras, indígenas, homossexuais, pessoas com deficiência tem desempenhado papel fundamental. Destacamos aqui o fato de se tornarem espelhos, ou referenciais, para os que estão chegando. São como ecos que ressoam e habilitam reivindicações por justiça social sem discriminação de qualquer ordem.

No contexto das aulas de Epistemologias e Feminismos Negros na UFG pudemos perceber

---

3 Uma referência ao poema de Conceição Evaristo: Vozes-Mulheres.



até mesmo um encantamento, devido ao extraordinário do fato, com a presença de uma professora negra, manifestado por discentes. Muitos/as estudantes afirmavam reiteradas vezes que aquela era a primeira experiência com uma professora negra em toda a sua trajetória estudantil e acadêmica. Poucas/os discentes afirmaram ter tido uma professora negra antes e essa experiência tinha acontecido no nível fundamental.

O que aquele contexto nos informa é que quanto mais se avança no nível educacional, mais a ausência de professoras negras se evidencia. Uma estudante diz que fez a opção pela disciplina *“Primeiro por se tratar de um corpo teórico composto por intelectuais negras, segundo por ser uma professora negra e terceiro por ser o aporte teórico da minha dissertação de mestrado.”* (2019). E outra estudante fala da importância de ser uma professora negra falando de feminismo negro:

Esse é um dos aspectos mais interessantes, pois nos permite refletir sobre a propriedade do discurso. Como mulher negra, ter uma professora negra nessa disciplina - falando sobre a produção intelectual de outras mulheres negras - considero relevante por entender que ocorre uma “proximidade” entre as nossas vivências. (2019).

Poderíamos pensar esse cenário a partir de vários prismas, destacamos aqui o sentimento de solidão experimentado pelas docentes negras quando ocupam lugares nas universidades. Este sentimento de solidão começa a ser sentido ainda quando essas docentes são estudantes dessas instituições de ensino superior. Durante as aulas uma pergunta feita foi sobre a importância da disciplina e as repostas destacam esse sentimento de solidão. Alegaram que optaram pela disciplina porque tinham a *“percepção de não estar sozinha”* (2019), ou porque *“preto pensa! E pode escrever. E representação importa.”* (2019). Sobre o plano da representação, Sueli Carneiro (2005, p. 307) ressalta que temos que lutar pela *“constituição e visibilização dos saberes que produzimos sobre nós mesmos, contrapondo-os aos saberes da dominação.”*

Importante destacar que a solidão é arrefecida não somente com a presença da professora negra e das/os discentes negras/os, mas também da bibliografia produzida por pensadoras negras e indígenas que transformam o espaço de ensino e aprendizagem em pluriepistêmico, subvertendo uma perspectiva eurocêntrica e ocidental. Uma estudante fala que a importância da disciplina se deve *“Por um lado ela me oportuniza conhecer autoras negras, as quais eu ainda não havia lido, por outro, as leituras e a socialização dessas têm me oportunizado refletir melhor sobre o tema da minha pesquisa.”* (2019).

Chama a atenção como são ausentadas dos planos de ensino nas universidades os pensamentos não hegemônicos ou clássicos que, ainda que consolidados há décadas, ainda são vistos como novidade, como por exemplo o pensamento de Angela Davis ou Lélia Gonzalez. Uma aluna diz que se interessou pela disciplina para *“Conhecer outras leituras e modos de explicações sobre a realidade da população negra.”*

A turma entendeu que ao estudar o feminismo negro é possível, por um lado, acessar pensamentos e teorias insurgentes, ampliando horizontes epistemológicos que foram limitados por preconceitos e discriminações. Por outro lado, estudar o feminismo negro permite problematizar conjunturas políticas, histórias oficiais, estruturas de poder e dominação. Assim expõe sobre a importância da disciplina, um estudante (2019):

*Essa disciplina importa para várias esferas de minha vida: a pessoal, a acadêmica, profissional, afetiva. Estudar feminismo negro me faz repensar meu lugar de privilégios; me ensina novos conceitos e novas formas de sentir o mundo; me faz repensar as análises etnográficas que propus no mestrado e me orienta para os trabalhos futuros; a disciplina me ajuda a trabalhar com questões raciais em sala de aula, pois também sou professor; a disciplina é um lugar de troca de experiências, histórias, memórias pessoais e coletivas, lutas, questionamentos e afetos.*

Sueli Carneiro (2005) e bell hooks (1994) falam do histórico distanciamento das pessoas negras do processo educacional. Quando são inseridas na educação formal, essas pessoas negras vivenciam situações de racismo, solidão e isolamento. Desta forma, quando presentes no interior do campo universitário, os corpos negros são ausentados, emudecidos e invisibilizados, sobretudo na docência universitária e principalmente no corpo docente da Pós-Graduação. bell hooks (1995, p. 472) discute essa dimensão da seguinte forma: “A opção por escrever num estilo tradicional acadêmico pode levar ao isolamento. E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito, não há nenhuma garantia de que vão respeitar nosso trabalho.”

Durante as aulas na UFG, algumas discentes brancas se mostraram desconfortáveis ao ler autoras negras e informam que não sabiam como lê-las, esse fato foi muito importante para que pudéssemos perceber o quanto o racismo é estrutural. Passamos toda trajetória acadêmica lendo autores brancos e nunca demonstramos tanto desconforto, a resposta a esse questionamento foi serena e leve, “Leia as autoras negras como você sempre leu os autores e autoras brancas”.

O racismo torna o negro exótico, infantil, silenciado, objetificado, invisibilizado, destituído de valor, saber e poder, traumatizado e ferido. Mas ainda assim, o mantém vivo, quase invariavelmente na condição de exceção, para que não desestabilize as situações de privilégio racial. Não é demasiado registrar que o estabelecimento da exceção não confronta o racismo tampouco promove a inclusão, mas somente confirma a regra. E a regra é racista e perversamente excludente.

Assim como bell hooks, a professora negra da disciplina toma a sua própria trajetória acadêmica para compreender e explicar as idiosincrasias das mulheres negras em espaços de produção de conhecimentos. Sua narrativa em sala de aula vai dando sentido à escrevivência de Conceição Evaristo (2007, p. 21), ou uma escrita de si, que “não é para ninar os filhos da Casa Grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Durante as aulas foram acessadas as biografias e a bibliografia, esta que não era somente apreendida, mas dialogada e estimulante de um engajamento, que não era somente intelectual e acadêmico, mas também político. Uma aluna assim se manifesta sobre a importância da disciplina: “essencial para despertar o pensamento engajado com o antirracismo. Essencial para questionar os teóricos homens cis, héteros, brancos que aprendemos a chamar de clássicos.” (2019).

Lélia Gonzalez (1988) confronta o paradigma dominante recorrendo a uma linguagem considerada fora do modelo estabelecido para a produção textual acadêmica, ou seja, o pretuguês que é a marca da africanização do português falado no Brasil. O pretuguês não obedece às exigências e regras da gramática normativa, mas reflete o legado linguístico de culturas escravizadas. O uso do pretuguês para Lélia Gonzalez é uma tentativa política de evidenciar racismo existente na própria definição da língua brasileira. Ela entende que

É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l* nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os *erres* dos infinitivos verbais, que condensa *você* em *cê*, o *está* em *tá* e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 1983, p. 238).

Aprendemos com Lélia Gonzalez (1983) a respeitar outras linguagens, outros corpos, outras ancestralidades que poderiam até se tornar clássicas se fossem acessadas nas universidades. Fundamental é considerarmos as possibilidades plúriepestêmicas, multiculturais e toda a diversidade linguística de maneira horizontalizada. Daí a necessidade de espelhos e referenciais múltiplos e plurais.

Acerca de ser uma professora negra realizando um curso sobre Epistemologias e Feminismos Negros, uma aluna afirma ser “Muito importante. Ela [a professora] se coloca como mulher negra, se iguala, fala das suas (nossas) dores e nos deixa à vontade para fazer o mesmo.” (2019). Outra aluna diz que “Faço conexão entre a realidade de mulheres negras e mulheres indígenas, reivindicado a existência no território acadêmico.” (2019). E este ambiente de respeito à diversidade

de pertencimentos e de saberes é muito favorável ao conhecimento.

Pensar-se a si própria/o no “território acadêmico.” foi uma constante durante o semestre letivo, no contexto da disciplina. Os encontros foram entendidos como um “*momento importante pra desabafar e se conectar com as que vieram antes de mim.*” (2019). E outra aluna diz que as discussões acontecidas durante as aulas:

Além de esclarecer pontos importantes do meu tema de pesquisa que é sobre resistência a impactos sociais e territoriais em uma população rural negra, a disciplina se mostrou importante igualmente para a minha vida como mulher, negra, numa sociedade machista, racista, para falar apenas de alguns dos preconceitos mais comuns que me atingem no meu cotidiano. (2019).

Importante notar que o apressado à pesquisa, ao estudo, não se perdeu com a proposta de uma disciplina que aborda as pluriépistemologias provocadas pelo pensamento feminista negro. É o contrário que se observou, o trabalho intelectual se sobressaiu de maneira mais estimulante diante de uma proposta de pensamento feminista negro. E, aquilo que bell hooks (1995, p. 477) observava: “Todos os anos, vejo muitas jovens estudiosas brilhantes darem as costas ao trabalho intelectual por se sentirem tão diminuídas nas instituições, por acharem que suas vozes não são valorizadas na sociedade maior.”, não se realizou.

Uma das formas de resistência propostas por Sueli Carneiro (2005) é o coletivo negro e essa disciplina optativa foi uma forma de resistir coletivamente, de agrupar, de aquilombar e de transbordar conceitos e análises críticas. Além de ter sido (e ainda é, porque reverbera) uma forma de organização social e política para se pensar coletivamente o contexto, o lugar e a importância do pensamento feminista negro para mudança radical em uma estrutura societária marcada pelo racismo e pelo machismo. Uma professora negra que realiza uma disciplina sobre feminismo negro na Pós-Graduação da UFG se coloca de maneira horizontalizada com seus alunos e alunas como espelho que reflete sonhos, desejos, aspirações e projetos acadêmicos e de vida.

## Considerações finais

Há uma urgente necessidade de intelectuais negras e negros na academia, ocupando lugares, emitindo vozes e sendo espelhos e referenciais positivos. É inegável o reconhecimento da legitimidade e representatividade de uma mulher negra que se habilita a realizar aulas sobre o pensamento feminista negro. Ressaltamos que a representação de uma imagem positiva, que inspira e motiva, é também uma forma de combate ao racismo, ao machismo e a tantas outras formas de preconceito e discriminação.

Sueli Carneiro (2005) estuda as representações como essenciais para entendermos a importância de mais intelectuais negros e negras na academia, atuando de maneira autônoma e emancipatória. A sub-representação, ou até ausência, de pessoas negras nesses espaços colabora para reforçar a percepção de que somente os corpos brancos são autorizados e legitimados. A representação é como um espelho, que reflete a imagem de quem está olhando em frente. Este conjunto de imagens compõe uma cena em um palco e são dramatizados outros sentidos e significados não hegemônicos.

A representação ocorre a partir de pelo menos três posições que podem ser destacadas a partir do estudo realizado. A primeira é aquela que envolve todos os espectadores, para usarmos uma linguagem teatral nestas considerações finais. As observações às aulas permitem afirmar que esses sujeitos espectadores são todos/as os/as discentes da disciplinas que imprimem na cena uma perspectiva unificadora de diferentes elementos e relações em torno de um tema, qual seja o pensamento feminista negro.

Uma segunda posição que concretiza a representação envolve a direção da cena, que no contexto da disciplina, podemos visualizar na docente que elege as autoras negras que compõem as fontes bibliográficas na busca pelo deslindamento de uma pluriépistemologia que apresenta o pensamento feminista negro como um interlocutor. Destacamos que a docente negra além de diretora da cena, portanto referencial, é também espectadora já que a proposta é de produção de



saberes de maneira horizontalizada e dialogada.

A terceira e última posição diz respeito ao cenário como um todo e a peça acontecendo. A peça tematiza uma docente negra ministrando uma disciplina sobre pensamento feminista negro, em um curso de mestrado e doutorado em Antropologia Social para discentes majoritariamente mulheres, negras e indígenas. Há uma atribuição de sentidos e significados que são organizados em relação às imagens representadas. Ao mesmo tempo em que a docente negra, posiciona-se e encena, emite sinais e possibilita lugares de fala que colocam em cena a representação, múltiplos saberes e o engajamento na luta antirracista e anti-machista.

## Referências

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. USP. 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidades na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem. 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: ALEXANDRE, Marcos. Antônio. (Org.) *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 16-21.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A categoria-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, **Ciências Sociais Hoje**, 2. ANPOCS, 1983, p. 223-244.

HOOKS, Bell. **Teaching to transgress**. Education as the practice of freedom. Nova York/Londres: Routledge, 1994.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. In: **Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ – PPCIS/UFRJ – vol.3 nº 2, 1995, p. 465.

HOOKS, Bell. **Mulheres Negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.16, pp.193-210, jan/abr2015.

LORDE, Audre. **Vivendo com o câncer**. In: WerneckJurema; Mendonça Maisa; White C. Evelyn. O livro da saúde as mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas, Criola, 2000.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O Quilombo do Jabaquara. **Revista de Cultura Vozes**, v. 73, n. 3, abr., 1979.

PIECADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Noz, 2017.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, Gênero e Educação: trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais)

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Recebido em 15 de outubro de 2019.  
Aceito em 1º de novembro de 2019.